

# **ESTRATÉGIAS LÚDICAS DE ENSINO POR INVESTIGAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA ABORDAGEM DE GÊNERO, SEXUALIDADE E ORIENTAÇÃO SEXUAL NO ENSINO SUPERIOR EM SAÚDE**

## **PLAYFUL STRATEGIES FOR TEACHING BY RESEARCH AS A TOOL FOR THE APPROACH OF GENDER, SEXUALITY AND SEXUAL ORIENTATION IN HEALTH HIGHER EDUCATION**

**Raphael Luís Rocha Nogueira** <sup>1</sup>

**Davi Silva Vale Nascimento** <sup>1,3</sup>

**Keila de Oliveira Diniz** <sup>2</sup>

**Raiana dos Anjos Moraes** <sup>2</sup>

**Fênix Alexandra de Araújo** <sup>2</sup>

**Priscila Correia Pinheiro de Matos** <sup>1</sup>

**E-mail:** priscila.pinheiro@outlook.com.br

1-Programa de Pós-Graduação em Patologia Humana (PGPAT). Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB). Universidade Federal da Bahia (UFBA) em Ampla Associação com a Fiocruz Bahia.

2-Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa (PGBSMI), Instituto Gonçalo Moniz (IGM), Fiocruz Bahia.

3-Centro de Biotecnologia e Terapia Celular, Hospital São Rafael – Bahia.

### **RESUMO**

O ensino da diversidade sexual nas universidades é insuficiente mesmo em áreas de saúde, assim o presente trabalho proporciona elucidação de conceitos de diversos aspectos em uma conformação inovadora de aulas. O modelo tradicional de ensino vem se tornando obsoleto e perdendo espaço para metodologias ativas, que através de situações-problema, propiciam a construção do conhecimento científico de uma forma mais investigativa e interativa. Sendo a sexualidade humana um tema ainda negligenciado, visando adversar o despreparo de futuros profissionais da saúde, o trabalho

traz reflexão sobre as temáticas e mudanças de paradigmas, além de uma melhor capacitação para situações diversas a partir de um modelo de demonstração investigativa. A proposta está pautada em três aulas para cursos de graduação em saúde na disciplina de Bioética, ou afins. Inicialmente, é instaurado o engajamento dos estudantes, definição de conceitos essenciais da temática são estabelecidos e é feita uma reflexão conjunta sobre preconceito, na qual almeja-se encontrar representações LGBTQIA+ na cultura e ciência. Posteriormente, é fundamental que seja realizada uma discussão do material obtido e das inúmeras injustiças sofridas pela comunidade com base em registros jornalísticos. Por fim, torna-se de vital importância a discussão de políticas públicas direcionadas a questões de gênero e orientação sexual. Compreendendo o objetivo de promover a integração de práticas investigativas para estudantes de graduação da área da saúde, para que possam desenvolver uma ação crítica e reflexiva em torno do tema saúde dentro das dinâmicas que envolvem sexo, gênero e orientação sexual.

**Palavras-chave:** Metodologias ativas; conceitualização; LGBTQIA+; diversidade.

## **ABSTRACT**

The teaching of sexual diversity in universities is insufficient even in the health areas, so the present work provides elucidation of concepts in different aspects in an innovative configuration of classes. The traditional teaching model is becoming obsolete and it is losing space for active methodologies, which, through problem situations, can provide the construction of scientific knowledge in a more investigative and interactive way. Since human sexuality is still a neglected topic, aiming to counter the unpreparedness of future health professionals, the work brings reflection on

the themes and paradigm shifts, in addition to better training for different situations based on an investigative demonstration model. The proposal is based on three classes for undergraduate health courses in the discipline of Bioethics, or similar. Initially, student engagement and the definition of essential concepts of the theme are established. After that, a group reflection on prejudice is made, in which it aims to find LGBTQIA + representations in culture and science. Subsequently, it is essential to promote a discussion of the material obtained and the countless injustices suffered by the community based on journalistic records. Finally, it is important to discuss public policies aimed at issues of gender and sexual orientation. Understanding the objective to promote the integration of investigative practices for undergraduate students in the health field, so that they can develop a critical and reflective action around the health theme within the dynamics that involve sex, gender and sexual orientation.

**Key-words:** Active learning methodologies; conceptualization; LGBTQIA+; diversity.

## 1. INTRODUÇÃO

Entre meados do século XX até os dias atuais o ensino de ciências apresentou mudanças significativas<sup>1</sup>. Tais mudanças foram motivadas por alternâncias na sociedade, em relação aos aspectos políticos, históricos e filosóficos<sup>2</sup>, acarretando na transição de um modelo totalmente tradicional de ensino, para a prática de ações que despertam o entendimento de questões relativas às demandas cognitivas dos estudantes e às suas dimensões motivacionais<sup>3</sup>.

Tal tipo de abordagem é denominada ensino por investigação e de acordo com Mourão e Sales (2018)<sup>4</sup>, essa metodologia possui o intuito da

aprendizagem por meio de situações-problema, sendo o estudante o principal personagem e o professor um mediador das possíveis indagações. Outrossim, viabiliza uma participação ativa no aprendizado, conferindo-lhe condições que favorecem a construção do conhecimento científico e de um maior controle sobre sua própria aprendizagem. Essa inovadora metodologia além de possibilitar a cooperação entre os estudantes, apresenta benefícios, tais como: a promoção do questionamento, interação, argumentação, e reflexão com o intuito de impulsionar conhecimentos distintos adquiridos previamente, a fim de resolver uma determinada questão ou situação-problema<sup>4,5</sup>.

Vários tipos de atividades voltadas para o ensino por investigação são citadas na literatura<sup>6</sup>, e uma delas é a demonstração investigativa, na qual as atividades partem da apresentação de um fenômeno/problema a ser estudado e levam à investigação a respeito desse fenômeno<sup>4,7</sup>. Esta forma de abordagem foi escolhida para o presente estudo, por permitir experiências de reflexão ao estudante sobre as temáticas e a busca de soluções por meio de um modelo conceitual. Por isso, essa metodologia de ensino tem ganhado destaque e uma maior notoriedade, atribuído a um crescente número de publicações e pesquisadores que o defendem<sup>8</sup>.

Por meio da metodologia de ensino supracitada e da relação da temática que envolve gênero, sexo e orientação sexual, o presente estudo explora o tema saúde, enfatizando a relação dos movimentos sociais na produção de políticas públicas, destacando as dificuldades vivenciadas por esses indivíduos mediante sua relação com os profissionais da área de saúde. Frequentemente tais indivíduos deparam-se com diversas barreiras no acesso aos serviços de saúde, incluindo desconhecimentos, preconceitos e resistências por parte dos profissionais<sup>9</sup>, evidenciando que o ensino da diversidade sexual nas universidades não se encontra na grande maioria

dos currículos dos cursos de graduação da área de saúde, o que enfatiza o despreparo desses profissionais para a adequada assistência ao público LGBTQIA+<sup>10</sup>.

Apesar do discurso e a prática pedagógica da educação sexual no Brasil ter ocorrido nos primeiros anos da década de 1960, sua disseminação não foi linear. Tal como relatado por César (2009)<sup>11</sup>, foi a partir deste período que os movimentos pelos direitos civis, as lutas feministas, os movimentos gays e lésbicos, reivindicações étnico-raciais e as lutas contra os regimes ditatoriais na América Latina, ganharam ênfase. Mesmo diante de um contexto de baixa visibilidade das questões que envolvem gênero e sexualidade em todas as esferas do ensino brasileiro, tal tema, não era perceptível até meados da década de 1990<sup>11,12</sup>. Ao olhar para a história, alguns acontecimentos marcaram a necessidade de abordar a sexualidade no ensino, como argumentos pautados em índices de gravidez na adolescência ou números de casos de HIV/aids em adolescentes e jovens, a importância do uso de preservativo, e o não compartilhamento de seringas<sup>12,13</sup>. Entretanto, somente a partir do século XXI, políticas educacionais envolvendo a sexualidade e outras temáticas que se entrelaçam, como gênero e orientação sexual, aparecem com mais destaque<sup>13</sup>.

Aproximar os estudantes da temática é fundamental no processo de construção do cuidado em saúde, pois segundo dados do Relatório de morte para o ano de 2018 do Grupo Gay da Bahia, 420 LGBTQIA+ morreram no Brasil vítimas da homofobia, dentre eles, 320 homicídios (76%) e 100 suicídios (24%)<sup>14</sup>. A cada 20 horas um LGBTQIA+ é barbaramente assassinado ou se suicida vítima da LGBTfobia, o que confirma o Brasil como campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Tal afirmação também é certificada pelos dados da ONU (2019)<sup>15</sup>, que relata que o Brasil

está entre os países que mais registram agressões contra indivíduos LGBTQIA+.

Pessoas trans são as maiores vítimas de violência no Brasil, sendo o país onde mais ocorrem homicídios desses indivíduos no mundo, assim como reportam os dados da Organização Não Governamental Transgender Europe (TGEU, 2019)<sup>16</sup>. Em consonância, o Grupo Gay da Bahia indicou que o risco de uma pessoa trans ser assassinada no Brasil é 17 vezes maior do que um gay, sendo a maior concentração dos assassinatos desse grupo na região nordeste (37% dos casos), seguido da região sudeste (30%), de acordo com o dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2019)<sup>17</sup>.

Entretanto, a sexualidade quando abordada nas disciplinas do ensino superior apresenta-se somente com ênfase para os aspectos biológicos, com menor destaque para a construção social do tema e identidade de gênero/orientação sexual<sup>18</sup>. Assim, justifica-se a realização deste estudo, sendo que as temáticas aqui apresentadas constituem-se como um importante fator no sistema educacional brasileiro. Desta maneira, a atual proposta tem como objetivo promover a integração de práticas investigativas para estudantes de graduação da área da saúde, para que possam desenvolver uma ação crítica e reflexiva em torno do tema saúde dentro das dinâmicas que envolvem sexo, gênero e orientação sexual. É válido ressaltar que apesar do atual trabalho ter como prioridade o ensino superior, todos os níveis de escolaridade devem estudar os temas aqui descritos, com devidas adaptações.

## **2. METODOLOGIA**

### **2.1. Revisão teórica e criação da situação problema**

A proposição de construção dessa temática foi resultante das discussões promovidas pela disciplina de Didática Especial, ofertada aos docentes e discentes dos programas de Pós-graduação em Patologia Humana e Experimental (PGPAT) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa (PgBSMI), ambos situados no Instituto Gonçalo Moniz (IGM) – Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/Bahia).

Para o desenvolvimento do presente estudo, foi realizado um levantamento bibliográfico nas bases de dados LILACS e na biblioteca eletrônica SciELO a fim de identificar artigos científicos publicados no período de 2000 a 2019. De forma a localizar artigos não identificados, foi também utilizada a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), que integra as bases acima citadas, a fim de reunir informações acerca do ensino por investigação no contexto do ensino superior e inserção da temática envolvendo sexo, identidade de gênero e orientação sexual.

### **2.2. Descrição da atividade**

A atividade proposta consiste em três etapas, que no geral se resumem na promoção do diálogo entre os discentes e docentes, questionamento sobre afirmações ditas “normais” ou “tradicionais” na sociedade, revisão de argumentos e conceitos, aquisição de novos conhecimentos a respeito da temática da diversidade sexual, relações de gênero e sexualidade, além de associar tais questões à saúde dos indivíduos LGBTQIA+.

## 2.3. Organização da atividade

Propõe-se a realização desta atividade na disciplina de Bioética, para cursos de graduação da área de saúde, sendo esta atividade investigativa realizada em 3 aulas (quadro 1), como descritas a seguir. Porém, a atual proposta encontra-se aberta para a realização no curso de preferência do docente responsável, inclusive os critérios que serão adotados como forma de avaliação. Ressalta-se que nesta atividade investigativa, o docente será o responsável por apresentar o problema, hipóteses e plano de trabalho. Os discentes ficarão responsáveis pela obtenção dos dados e conclusões.

<b>Atividades da sequência didática</b>		
<b>ETAPA 1</b>	<b>ETAPA 2</b>	<b>ETAPA 3</b>
Objetivo: Introdução ao tema e engajamento dos alunos	Objetivo: Discutir a abordagem tradicional da sexualidade	Objetivo: Consolidação do pensamento crítico
Diferenciações de termos	Discussão sobre o contexto brasileiro	Discussão sobre os resultados de pesquisa
Dinâmica sobre estereótipos	Dinâmica com exposição de situações-problema	Avaliação da evolução do pensamento crítico dos discentes
Pesquisa sobre representatividade	Pesquisa de caráter científico	

**Quadro 1** – Visão geral sobre as atividades propostas para a sequência didática.

### 2.3.1. Etapa 1

Com o intuito de engajar os estudantes na temática envolvendo sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual, propõe-se inicialmente a utilização de recursos audiovisuais e como sugestão, vídeos no YOUTUBE como "Inter-LGBT/ The Obstacle Course" e "Rita em 5 Minutos: LGBTQIA+". Posteriormente, as definições essenciais sobre essa temática serão abordadas, possibilitando aos discentes compreenderem os conceitos

básicos. Assim, serão capazes de diferenciar os termos sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual.

Visando o engajamento introdutório, propõe-se a realização de uma atividade expositiva e dinâmica, consistindo em uma imagem de um parque fictício com diversos personagens (figura 1). O docente responsável estipulará um tempo determinado para a realização desta dinâmica e após a finalização, deverá instigar a discussão de questões envolvendo estereótipos, preconceitos e discriminação entre discentes, onde os alunos individualmente deverão correlacionar tais personagens à lista de termos de sexo, identidade de gênero e orientação sexual (quadro 2) de acordo com a seguinte situação-problema (exemplificando: personagem 1 que pode ser identificado por discentes como mulher - trans - heterossexual):

Identidade de gênero e orientação sexual: **PODEMOS ROTULAR?**



**Figura 1** - A arte foi feita pelo estudante de Design Jônatas Correia Pinheiro de Matos com base em fotografia preexistente, que pode ser encontrada em Queen's Square Restoration by Seferian Design Group, no site da Architecture Prize.

Termos de sexo	Termos de identidade de gênero		Termos de orientação sexual	
Homem	Cisgênero	Não binário	Heterossexual	Bissexual
Mulher	Transgênero	Bigênero	Homossexual	Assexual
Intersexo	Gênero Fluido		Pansexual	Sapiosexual
			Demissexual	Litossexual
			Graysexual	Polissexual

**Quadro 2** - Termos de sexo, identidade de gênero e orientação sexual para ser correlacionado com os personagens da Figura 1

Assim que todos os discentes concluírem individualmente suas respostas em relação à atividade “Identidade de gênero e orientação sexual: podemos rotular?” O docente deverá estimular o desenvolvimento de discussões entre eles, sobre: Quais características dos personagens induziram a correlação com determinados termos? Quais as consequências de rotular as pessoas? Como relacionar tais questões à violência e o surgimento de problemas psicológicos, como ansiedade e depressão?

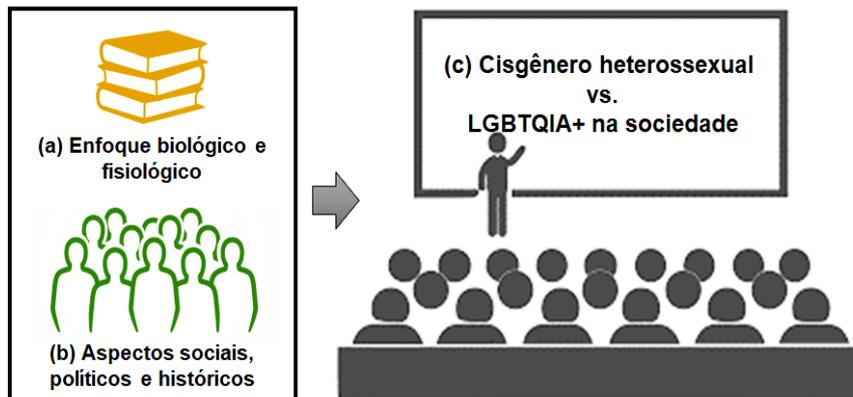
Finalizando a etapa, será aplicada uma atividade em grupo, onde os discentes serão estimulados a pesquisar sobre de qual forma a sexualidade, identidade de gênero e orientação sexual é demonstrada nos livros didáticos (biologia e fisiologia), nos vídeos e artigos científicos. Além disso, irão pesquisar sobre representatividades LGBTQIA+ em filmes e séries (sugere-se: O jogo da imitação, Flores raras, Pose, A garota dinamarquesa, Moonlight, dentre outros), livros (Will e Will: Um nome, um destino, O Terceiro Travesseiro, O Fim do Armário - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans No Século XXI, Um livro para ser entendido), poemas, músicas, personalidades públicas (Pablo Vittar, Elton John, Billy Porter), vídeos no Youtube (“O mundo nas palavras Trans I Amaira Moreira”, “Putíssima Trindade”, “UM BANHEIRO PARA TRANS?”) e canais (Canal das Bee, Põe Na

Roda, Tempero Drag, e outros), além de cientistas (Alan Turing, Florence Nightingale, Francis Bacon) e suas respectivas conquistas, para que seja realizada a discussão na aula posterior.

### **2.3.2. Etapa 2 – Aula subsequente**

Tendo como referência o material pesquisado individualmente, será gerada uma discussão sobre a abordagem da sexualidade humana nos livros. Pois análises de Silva e colaboradores (2019)<sup>19</sup> a respeito da temática desenvolvida em livros didáticos de ciências, demonstram em seus resultados um conteúdo extremamente conservador. De forma similar, Reis e colaboradores (2019)<sup>20</sup> evidenciam que o modo como o corpo humano vem sendo apresentado é primordialmente pelo conteúdo biológico e com poucas relações aos aspectos socioculturais, logo, limitando as discussões sobre gênero e sexualidade.

A partir dessa dinâmica, poderão ser realizados questionamentos aos discentes sobre motivos pelos quais este cenário ainda não mudou no contexto brasileiro, suas consequências, repercussões, dentre outros. Da mesma forma, espera-se que com a busca de representatividades LGBTQIA+ em diversos contextos sociais, políticos e históricos, os discentes questionem-se sobre os pretextos que ainda levam à marginalização do LGBTQIA+, sendo o indivíduo cisgênero-heterossexual o detentor de destaque na sociedade. Com base nisso, os discentes serão questionados a respeito das injustiças e suas motivações baseado nos dados coletados (figura 2).



**Figura 2** – Representação do primeiro momento da etapa 2. (a) demonstração do conteúdo abordado sobre sexualidade nos livros baseados apenas nos aspectos biológicos e fisiológicos; (b) evidenciando outros aspectos que podem ser abordados em livros didáticos, como os aspectos sociais, políticos e históricos LGBTQIA+ na sociedade e contextualização do livro didático; (c) Discussão em sala sobre o material coletado, trazendo para o contexto: cisgênero heterossexual versus LGBTQIA+ na sociedade.

No segundo momento desta aula, em grupos, propõe-se a distribuição de reportagens sobre indivíduos LGBTQIA+ abordando temas envolvendo saúde, como violência, infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e prevenção, atendimento humanizado, saúde mental e automedicação. O docente deverá mediar as discussões envolvendo esses temas (Figura 3) e após as argumentações em sala de aula, os discentes deverão se dividir em grupos para realizar um levantamento bibliográfico de caráter científico (artigos) para a próxima aula a respeito dos temas selecionados.



**Figura 3** – Discussão em grupo, no segundo momento da aula, de cinco temáticas relacionadas à saúde dos LGBTQIA+ em sala de aula.

### **2.3.3. Etapa 3 – Aula seguinte**

Será promovida uma discussão do levantamento bibliográfico realizado, possibilitando maior embasamento teórico e melhor posicionamento sobre as cinco temáticas relacionadas à saúde do indivíduo LGBTQIA+, políticas públicas de saúde e sua relação com os profissionais de saúde. Finalizando, propõe-se uma avaliação da evolução das discussões antes e após o levantamento bibliográfico.

## **3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Refletir sobre a responsabilidade da criação da estratégia metodológica e redimensioná-la é uma tarefa desafiadora, pois exige compromisso e dedicação de docentes e discentes na perspectiva da aprendizagem ativa<sup>21</sup>. Portanto, este estudo qualitativo de metodologia ativa, visa colaborar para a formação dos estudantes de graduação em saúde na perspectiva de promover um atendimento e percepções humanizadas no aspecto social e profissional, sob a ótica do impacto das políticas públicas em saúde no Brasil no que tange discussões envolvendo sexo, gênero e orientação sexual.

Em relação às políticas públicas de saúde, evidenciam-se contradições no processo de interlocução entre profissionais e o movimento LGBTQIA+. Cabe destacar que, conforme exposto por Dullius e colaboradores (2019)<sup>10</sup>, as políticas públicas asseguram direitos para a comunidade LGBTQIA+, mas na prática verificam-se obstáculos no acesso à saúde por estes indivíduos, somado muitas vezes ao despreparo profissional, tal como o atendimento discriminatório, condutas inadequadas, constrangimentos, conotações preconceituosas ou até mesmo ofensas verbais, tal como também evidenciado no estudo de Albuquerque e colaboradores (2013)<sup>22</sup>. Tais autores corroboram com Silva e colaboradores (2017)<sup>23</sup>, ao relatar que tais barreiras acabam por influenciar no afastamento desses indivíduos dos

serviços de saúde, demonstrando um cenário desafiador para esta comunidade. Evidências expõem que a LGBTfobia como preconceito, tem seu último grau na violência física, colocando em risco a vida dessa população<sup>24</sup>.

Conforme Popadiuk e colaboradores (2017)<sup>25</sup>, tais indivíduos são acometidos pelas violências de maior gravidade. Além disso, a vulnerabilidade dessas pessoas é intensificada pelos agravos relativos à saúde mental, como depressão, tentativa de suicídio e alta prevalência do HIV. Ademais, Monteiro e colaboradores (2019)<sup>26</sup>, relatam que o estigma e a discriminação sexual têm sido apontados como importantes obstáculos ao acesso desse segmento social aos serviços de prevenção e cuidado.

Em conformidade com tais questões, Rocon e colaboradores (2018)<sup>27</sup> relatam que tais indivíduos com limitações socioeconômicas são marcados pelo adoecimento mental, complicações em aplicações corporais de silicone industrial, automutilações das genitálias e o uso de hormônios sem acompanhamento médico. Sendo importante ressaltar que há reconhecida relação entre o uso de hormônios femininos e a ocorrência de acidente vascular cerebral, flebites, infarto do miocárdio entre outros agravos, da mesma forma, os transexuais masculinos demandam acesso aos procedimentos de mastectomia e de histerectomia. A automedicação normalmente realizada com doses elevadas de hormônios masculinizantes é também um agravante no quadro de saúde<sup>28</sup>.

Com relação às mulheres de orientação homossexual, Jeri e Monteiro (2018)<sup>29</sup> relatam que dentre os diferentes problemas de saúde enfrentados por elas, o risco de infecção pelo HPV e chances de desenvolvimento do câncer de colo de útero são agravados. Possíveis fatores que contribuem para essa questão, podem ser elucidados no estudo de Carvalho e colaboradores (2013)<sup>30</sup>, onde tais autores abordam que houve um

apagamento histórico das vivências lésbicas, refletindo-se quase na ausência de políticas de saúde específicas para este público. É possível dizer que tal quadro foi marcado historicamente, pela ênfase de que a AIDS era atribuída especificamente às práticas homossexuais masculinas durante a década de 1980<sup>31</sup>.

Segundo Almeida (2009)<sup>32</sup>, esse fato contribuiu para a existência dessa vulnerabilidade entre as lésbicas, onde acreditava-se que mulheres de tal orientação sexual não eram suscetíveis a infecções pela via sexual. Além disso, Rodrigues (2019)<sup>33</sup> relata que quanto à prevenção de doenças, os preservativos em sua maioria se destinam ao público heterossexual e ao focar nas minorias, os homossexuais do sexo masculino possuem maior visibilidade, e conseqüentemente, mais informações e cuidados disponíveis, todavia o grupo de mulheres homossexuais e bissexuais improvisam, por não dispor de um preservativo adequado às suas necessidades.

Ao acessar os equipamentos públicos de saúde, esses usuários sentem-se amedrontados e receosos de expressarem sua sexualidade em virtude do medo social, do despreparo dos profissionais de saúde para o trato das questões específicas desses cidadãos, levando em consideração que a temática não é algo intimamente presente na formação desses profissionais<sup>34</sup>.

De acordo com esse contexto, Rufino e colaboradores (2013)<sup>18</sup>, acrescentam que a formação dos estudantes de Medicina para a assistência integral em saúde sexual é pouco conhecida, havendo escassez de estudos empíricos sobre o ensino da sexualidade humana nos currículos médicos. À exemplo disso, Negreiros e colaboradores (2019)<sup>35</sup> realizaram uma pesquisa exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa, em sete Unidades Básicas de Saúde (UBS), tendo como sujeitos-chave médicos vinculados às unidades. Tais sujeitos declararam nunca ter realizado

capacitação ou curso sobre a saúde dos indivíduos LGBTQIA+ e todos os entrevistados destacaram que, durante sua formação acadêmica, não houve nenhuma disciplina com conteúdo curricular voltado ao tema.

Dessa forma, evidencia-se o motivo pelo qual práticas assistenciais ainda são predominantemente apoiadas nas políticas de saúde voltadas aos padrões heteronormativos. Nas mulheres, tais práticas ainda são fortemente focadas no pré-natal, no parto, no puerpério, no climatério, no planejamento familiar, dentre outros. Já nos homens, ações exclusivamente dirigidas ao sistema urogenital, produzindo um tipo idealizado de homem cuja presença do pênis coloca a virilidade e a heterossexualidade como destinos inexoráveis<sup>9</sup>.

Segundo Araújo e colaboradores (2006)<sup>36</sup>, evidencia-se um cenário preocupante para comunidade LGBTQIA+ por serem mais suscetíveis a doenças. No entanto, a falta de humanização, especialização e prática educativa aproxima os profissionais de saúde a ignorância devido às atitudes preconceituosas no âmbito de saúde. Assim, tais autores<sup>17</sup> e Lionço (2008)<sup>37</sup> afirmam existir possibilidade dos indivíduos LGBTQIA+ não revelarem a orientação ou identidade de gênero por medo da agressão verbal ou psicológica nos serviços de saúde, por possuir correlação, direta ou indireta, entre a população LGBTQIA+ e a doença causada pelo vírus da imunodeficiência adquirida (AIDS) e outras infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) pelos profissionais.

Sendo assim, autores relatam que a universidade, como meio de formação de conhecimento de caráter profissional, tem o dever de promover ensino generalizado para seus acadêmicos, objetivando na formação de profissionais capacitados para o atendimento de indivíduos LGBTQIA+<sup>38</sup>. Portanto, enfatizamos aqui que sem políticas públicas ampliadas, o ambiente educacional tende à reprodução de práticas discriminatórias, não

levando em consideração a diversidade que deve existir nesses espaços.

Refletir acerca dessas situações é imprescindível para o desenvolvimento do ser humano completo, tornando-se necessário construir ações transversais em diversas áreas da saúde a fim de desenvolver práticas universais e igualitárias que envolvam a inclusão dessa temática na atenção integral à população LGBTQIA+ e na formação permanente dos profissionais de saúde (BORGES et al., 2017)<sup>39</sup>.

Tendo em vista o envolvimento dos estudantes no conteúdo programático de bioética, a atual perspectiva de investigação inicia-se com a abordagem geral da temática LGBTQIA+, para que nas etapas subsequentes haja ênfase nos impactos relativos à saúde desses indivíduos, que estão socialmente expostos a estigmas sociais. Apesar de tais assuntos serem indissociáveis, Moraes e Bernardelli (2019)<sup>40</sup> relatam que o desconhecimento por parte das equipes e profissionais de saúde sobre conceitos gerais e algumas especificidades da atenção à população LGBT+ acabam por limitar ações de promoção da saúde. Em consonância, Araújo e colaboradores (2006)<sup>36</sup> expressam que a falta de conhecimento e treinamento desde a graduação, inviabiliza atividades integrativas e não discriminatórias pelos profissionais de saúde.

#### **4. CONCLUSÕES**

O ensino por investigação é uma metodologia ativa que possibilita aos discentes uma maior autonomia sobre o seu aprendizado a partir de problemas e situações reais. Além disso, favorece o desenvolvimento do pensamento crítico e o conhecimento é construído por meio de reflexões e discussões entre os discentes e docente. Em suma, tendo visto que essa temática ainda é pouco abordada no ensino superior, espera-se que a

exploração do recurso aqui apresentado, contribua para uma formação crítica e reflexiva sobre gênero, sexualidade e orientação sexual, como também a erradicação do atendimento discriminatório e conotações preconceituosas. Almeja-se que os docentes assegurem que os discentes perpetuem e fortaleçam tal prática educativa em todos os âmbitos, para que futuramente, dentro do contexto profissional, viabilizem atendimento humanizado aos indivíduos LGBTQIA+, seja na esfera privada ou pública, uma vez que a legislação do SUS garante o atendimento integral e equânime a qualquer ser humano.

## **AGRADECIMENTO**

O presente trabalho foi desenvolvido durante a Disciplina de Didática Especial com o apoio da Vice-Diretora de Ensino e Informação em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Patologia (PGPAT) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em Ampla Associação com a Fiocruz Bahia e o Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa (PGBSMI) do Instituto Gonçalo Moniz (IGM), Fiocruz Bahia. A atividade recebeu apoio financeiro do Instituto Gonçalo Moniz, Fiocruz-Bahia e das agências de fomento Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Agradecemos também ao professor Daniel Manzoni de Almeida.

## **REFERÊNCIAS**

1. Manzoni De Almeida, D. As práticas epistêmicas na construção de uma atividade investigativa de Biologia para o ensino superior. Rev. Compartilhe Docência. 2016; 1(1):29–42.

Estratégias lúdicas de ensino por investigação como ferramenta para abordagem de gênero, sexualidade e orientação sexual no ensino superior em saúde  
Nogueira RLR, Nascimento DSV, Diniz KO, Moraes RA, Araujo FA, Matos PCP

2. Zômpero AF, Laburú CE. Atividades investigativas no ensino de ciências: aspectos históricos e diferentes abordagens. *Rev. Ensaio*. 2011; 13(3):67-80.
3. Clement L, Custódio JF, Alves Filho JP. Potencialidades do ensino por investigação para promoção da motivação autônoma na educação científica. *Rev. Educação em Ciência e Tec*. 2015; 8(1):101-29.
4. Mourão MF, Sales GL. O uso do ensino por investigação como ferramenta didático-pedagógica no ensino de física. *Exp. em Ensino de Ciências*. 2018; 13(5):428-40.
5. Trivelato SLF, Tonidaniel SMR. Ensino por investigação: Eixos organizadores para sequências de ensino de biologia. *Ens. Pesqui. Educ. Ciênc*. 2015; 17(spe):97-114.
6. Carvalho AMP. *Ensino de ciências por investigação: Condições para implementação em sala de aula*. São Paulo: Cengage Learning; 2013. 164.
7. Carvalho AMP. *Ensino de ciências: unindo a pesquisa e a prática*. São Paulo: Thomson Learning; 2004. 165.
8. Cleophas MG. Ensino por investigação: concepções dos alunos de licenciatura em Ciências da Natureza acerca da importância de atividades investigativas em espaços não formais. *Rev. Linhas*. 2016; 17(34):266-98.
9. Val AC, Mesquita LM, Rocha VA, Cano-Prais HA, Ribeiro GM. "Nunca Me Falaram sobre Isso!": o Ensino das Sexualidades na Perspectiva de Estudantes de uma Escola Federal de Medicina. *Rev. bras. educ. méd*. 2019; 43(supl1):108-118.
10. Dullius WR, Martins LB, McCleary L. O holismo no treinamento dos profissionais de saúde para o atendimento ao público LGBTQ+. *Rev. bras. Est. Homocultura*. 2019; 2(2):197-203.

11. César MRA. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia". Educ. rev. 2009; s.v.(35):37-51.
12. Vianna CP, Unbehaum s. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. Cadernos de Pesq. 2004; 34(121):77-104.
13. Rizza JL, Ribeiro PRC, Mota MRA. Disciplinas que discutem sexualidade nos currículos do Ensino Superior brasileiro: produzindo um diagnóstico da situação atual. Rev. Linhas. 2016; 17(34):197-224
14. Grupo Gay da Bahia. Relatórios anuais de morte de homossexuais. 2018 [acesso em 25 mar 20]. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2020/03/relatorio-2018.pdf>
15. ONU. Brasil é um dos países que registram mais agressões contra pessoas LGBTI. 2019 [acesso em 25 mar 20]. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/brasil-e-um-dos-paises-que-registram-mais-agressoes-contra-pessoas-lgbti/amp/>
16. Transgender Europe (TGEU). TMM Update Trans Day of Remembrance. 2019 [acesso em 25 mar 20]. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/brasil-e-um-dos-paises-que-registram-mais-agressoes-contra-pessoas-lgbti/amp/>
17. Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Dossiê dos assassinatos e da violência contra pessoas trans. 2019 [acesso em 25 mar 20]. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>
18. Rufino AC, Madeiro AP, Girão MJBC. O ensino da sexualidade nos cursos médicos: a percepção de estudantes do Piauí. Rev. bras. educ. méd. 2013; 37(2):178-185.
19. Silva MA. Dimensões da sexualidade humana: uma análise de livros

- didáticos de Ciências [dissertação]. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; 2019.
20. Reis HJDA, Duarte MFS, Sá-Silva JR. Os temas 'corpo humano', 'gênero' e 'sexualidade' em livros didáticos de ciências do ensino fundamental. *Inves. Ens. Cienc.* 2019; 24(1):223-238.
  21. Almeida EG, Batista, NA. Desempenho docente no contexto PBL: essência para aprendizagem e formação médica. *Rev. bras. educ. méd.* 2013; 37(2):192-201.
  22. Albuquerque GA, Garcia CL, Alves MJH, Queiroz CMHT, Adami F. Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil. *Saúde debate.* 2013; 37(98):516-24.
  23. Silva ALR. Atenção básica à saúde da população LGBT: uma análise bioética a partir das representações sociais de trabalhadores da saúde [dissertação]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; 2017.
  24. Vianna CP. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. *Educ. Pesqui.* 2015; 41(3):791-806.
  25. Popadiuk G, Oliveira D, Signorelli MC. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. *Ciênc. saúde coletiva.* 2017; 22(5):1509-20.
  26. Monteiro S, Brigeiro M, Barbosa RM. Saúde e direitos da população trans. *Cad. saúde pública.* 2019;35(4):e00047119.
  27. Rocon PC, Sodré F, Zamboni J, Rodrigues A, Roseiro MCFB. O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde? *Interface comun. saúde educ.* 2018; 22(64):43-53.

28. Brasil, Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. 2013 [acesso em 25 mar 20]. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_lesbicas\\_gays.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf)
29. Jeri A, Monteiro AB. Rastreamento do cancro do colo do útero em mulheres homossexuais: que evidência? Rev. Port. Med. Geral Farm. 2018; 34(6):377-83.
30. Carvalho CS, Calderaro, F. Souza SJ. O dispositivo "saúde de mulheres lésbicas": (in)visibilidade e direitos. Psi. Política. 2013; 13(26):111-27.
31. Duarte LC, Rohden F. As histórias que podem ser contadas: a feminização da epidemia HIV/AIDS e a produção de narrativas científicas. Arq. Espistemol. 2019; s.v.(5):22-36.
32. Almeida G. Argumentos em torno da possibilidade de infecção por DST e Aids entre mulheres que se auto definem como lésbicas. Physis. 2009; 19(2):301-31.
33. Rodrigues DLM. O rastreamento e a prevenção das IST'S em mulheres lésbicas e bissexuais: revisão integrativa [trabalho de conclusão de curso]. Cajazeiras:Universidade Federal de Campina Grande; 2019.
34. Lima MDA, Souza AS, Dantas MF. Os desafios a garantia de direitos da população LGBT no sistema único de saúde (SUS). Rev. Interfaces. 2015; 3(11):119-25.
35. Negreiros FRN, Ferreira BO, Freitas DN, Pedrosa JIS, Nascimento EF. Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: da formação médica à atuação profissional. Rev. bras. educ. méd. 2019; 43(1):23-31.
36. Araújo MAL, Saraiva MMM, Galvão MTG, Albuquerque AD. A relação

Estratégias lúdicas de ensino por investigação como ferramenta para abordagem de gênero, sexualidade e orientação sexual no ensino superior em saúde  
Nogueira RLR, Nascimento DSV, Diniz KO, Moraes RA, Araujo FA, Matos PCP

profissional de saúde-usuário: experiência de uma mulher homossexual em uma renomada unidade de saúde de Fortaleza. Esc. Anna Nery Rev. Enferm. 2006; 10(2):323-7.

37. Lionço T. Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. Saude soc. 2008; 17(2):11-21.
38. Cirino LEB. Evidências sobre atitudes de estudantes e profissionais de saúde relacionadas às pessoas LGBT [trabalho de conclusão de curso]. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas; 2018.
39. Borges TA, Estrela FNM, Felix SDM. Políticas de saúde para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no Brasil: Em busca de universalidade, integralidade e equidade. 2017 [acesso em 26 mar 20]. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/180270>
40. Moraes N, Bernardelli M. Promoção da saúde da população LGBT: Uma intervenção psicoeducativa para profissionais da saúde. VII congresso Pesq. Ext. FSG. 2019 [acesso em 2020 mar 20]; 7(7):947-9. Disponível em: <http://ojs.fsg.br/index.php/pesquisaextensao/article/view/4091>.